Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 02/2009
EXTRAORDINÁRIA

Aos 11 dias do mês de agosto do ano de 2009, no horário das 9h, na sala de reuniões do 5º andar da Unidade Catequese da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Rua Catequese, 242, Centro, Santo André, realizou-se a II sessão extraordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano em curso, previamente convocada e presidida pelo professor Adalberto Fazzio, reitor, com a presença dos seguintes participantes: Alexandre Reily Rocha, pró-reitor de pesquisa; Armando Caputi, representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Armando Zeferino Milioni, vice-reitor; Carlos Alberto Kamienski, representante docente do CMCC; Eduardo de Moraes Gregores, pró-reitor de pós-graduação; Elaine Cristina Silva dos Santos, representante discente da Pós-graduação; Eloísa Helena da Silva Quitério, secretária-geral; Fernanda Toscano Bloise, representante discente da Graduação; Gilberto Martins, diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Guiou Kobayashi, pró-reitor de extensão; Hélio Waldman, pró-reitor de graduação; Herculano Martinho, representante docente suplente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH) (participou no período da tarde); Ioshua Terner, representante suplente dos servidores técnico-administrativos; James Moraes de Almeida, representante discente da Pós-graduação; Jesus Franklin Andrade Romero, representante docente do CECS; José Carlos Rodrigues Silva, pró-reitor de administração; Luiz de Siqueira Martins Filho, representante docente do CECS; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, representante docente do CCNH (participou no período da manhã); Marcelo Augusto Leigui de Oliveira, diretor do CCNH; Marcos Roberto da Silva Tavares, representante docente do CCNH (participou no período da tarde); Rafael Marques da Silva Junior, representante da comunidade civil; Reginaldo Fracasso, procurador; Ricardo Luis Patroni, representante dos servidores técnico-administrativos; Ricardo Siloto da Silva, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional; Sandro Silva e Costa, representante docente suplente do CCNH (participou no período da manhã) e Valdecir Marvulle, diretor do CMCC. Ausentes: Alaor Chaves, representante da comunidade civil; Felipe César Torres Antonio e Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, representante dos servidores técnico-administrativos; Sidney Jard da Silva, chefe de gabinete. Apoio: Marcela dos Santos e Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo, assistentes em administração da Secretaria Geral. Havendo quorum legal, o magnífico reitor, após cumprimentar os presentes, abre a sessão, com os informes da Reitoria. 1) Apresenta o Sr. Rafael Marques, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, como representante da comunidade civil no ConsUni, a quem dá as boas vindas, agradecendo sua presença. Justifica ainda, a ausência do professor Alaor Chaves, o outro representante; 2) informa que a suspensão das aulas da Graduação, em decorrência da disseminação do vírus AH1N1 no país, atendeu à solicitação do Ministério da Saúde; 3) parabeniza o servidor técnico-administrativo, Armando Cesar Franco, pela defesa de sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo. Segue-se para o 1º item do Expediente: "Relatório de atividades". Professor Fazzio esclarece que os pró-reitores farão um pequeno relato sobre suas áreas, iniciando pela **Pró-reitoria de Administração:** professor Rodrigues inicia sua apresentação com a composição da área em 2008: 1) Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGRH); 2) Coordenação Geral de Planejamento (CGPLAN); 3) Coordenação Geral de Suprimentos e Aquisições (CGSA) e 4) Coordenação Geral de Finanças e Contabilidade (CGFC). Informa que, neste período, ocorreu

o atendimento parcial ao Ofício 22.376/2008, encaminhado pela Controladoria Geral da União (CGU), englobando diversos assuntos. No que tange à CGRH, explica que houve a normatização do sistema de diárias e passagens; capacitação de 378 servidores no período e a discussão acerca dos procedimentos a serem adotados para o controle de frequência dos servidores técnico-administrativos, controle este não discricionário. Informa que a CGSA, apesar do reduzido quadro de servidores, realizou 339 pregões e, por meio da prática de negociações, proporcionou à Instituição, uma economia de 12 milhões de reais nos processos de licitação. Apresenta tabela de pagamentos efetuados pela CGFC e a quantidade de documentos contábeis emitidos. Conclui, enfatizando as principais dificuldades enfrentadas no período, entre elas: número de servidores insuficiente, recurso para capacitação insuficiente, ingerência administrativa, baixa autonomia e falta de capacitação dos gestores. **Pró-reitoria de Pós-graduação:** professor Gregores apresenta a relação de cursos de mestrado e doutorado que obtiveram recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2008 e respectivas notas, comentando brevemente acerca dos cursos que foram submetidos, em 2009. Ressalta a expressiva quantidade de alunos por curso e a relação aluno/bolsa/fonte de recursos. Expõe quadro elaborado pela CAPES com os parâmetros de impacto das publicações realizadas por docentes da UFABC em revistas científicas, assim como os comparativos (2007) com relação ao número de docentes, produtividade e qualidade das publicações. Considera positivo os resultados obtidos por todos os cursos avaliados, com destaque para o mestrado e doutorado em Nanociências e Materiais Avançados e Física. **Pró-reitoria de Graduação:** professor Waldman apresenta dados referentes aos vestibulares 2007/2008 e 2008/2009 e o comparativo entre as formas de ingresso, cotas e número de inscritos. Discorre brevemente acerca dos percentuais de evasão em 2006 até o 1º trimestre de 2009 e dos programas acadêmicos: Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial (PEAT) e estágios. Classifica como sendo o fato mais importante de 2008, a elaboração da nova matriz curricular do BC&T. Conclui comentado sobre a evolução do programa de assistência estudantil e a quantidade de bolsas oferecidas. **Pró-reitoria de Pesquisa**: professor Alexandre Reily inicia sua apresentação, destacando que assumiu a pró-reitoria em junho de 2009, anteriormente sob a coordenação do professor Helio Waldman. Comenta que uma das principais atividades realizadas foi o gerenciamento de bolsas de iniciação científica. Apresenta o número de bolsas pleiteadas, aprovadas e implementadas e divulga o novo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC). Comenta ainda a realização do I Congresso de Iniciação Científica da UFABC e do I Simpósio Docente da UFABC: “Ciência, Tecnologia e Interdisciplinaridade”. Destaca o papel dessa Pró-reitoria na promoção de grupos de pesquisa, salientando o grande volume de produção científica efetivada pelos docentes e a atuação da Pesquisa junto a agências de fomento, como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que aprovou, em 2008, um projeto da UFABC na ordem de 420 mil reais para implantação da estrutura de ensino e pesquisa. Finaliza, informando a evolução do acervo da Biblioteca. **Pró-reitoria de Extensão:** professor Guiou discorre brevemente acerca dos objetivos, áreas de atuação e da reestruturação da ProEx, com a criação de 5 Coordenadorias de Ação e a divisão administrativa, o que resultou no aumento do quadro de servidores. Informa os cursos oferecidos no período: Diálogos de Saberes para a Ação Cidadã; Modelagem Matemática em Ensino Aprendizagem; Introdução à Argumentação

para Mediação, Conciliação e Arbitragem; Sistemas Dinâmicos e Sistemas Complexos; Organização, Gestão e Financiamento para a Governança Regional Metropolitana e os projetos*:* Divulgação da Engenharia no Ensino Médio de Santo André/SP, Cineclube, Ciclo de Debates e Arteducando. **Prefeitura Universitária:** o prefeito universitário, Marcos Joel Rúbia, inicia a apresentação com as atribuições e as atividades desempenhadas pela Coordenação da obra do *campus* de Santo André e Coordenação de projeto e obra do *campus* São Bernardo do Campo, com destaque para: aprovação das 12 medições mensais dos serviços realizados e elaboração dos 2º, 3º e 4º aditivos para construção do *campus* de Santo André; realização de estudos planialtimétricos e de sondagem de terreno e desenvolvimento do projeto do *campus* de São Bernardo do Campo. Detalha os trabalhos das seguintes divisões: Serviços Continuados; Transportes; Infraestrutura e Manutenção. Encerra com os principais gastos e dificuldades enfrentadas no período. **Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI):** professora Christiane comenta que, em 2008, o quadro de servidores era bem reduzido e houve vários desafios enfrentados pela área. Relata as principais ações no período, tais como a implantação da rede de dados e telefonia no Bloco B; a implantação da principal conexão à internet; a participação na Comissão Especial de Licitação de São Bernardo do Campo; o estabelecimento do conjunto de normas e políticas de segurança de dados; início de implantação do Sistema de Informação para o Ensino (SIE) e aquisição de serviços, suprimentos e materiais permanentes. **Término das apresentações.** Professor Fazzio informa que o assunto será submetido à votação, na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária desse Conselho. No ensejo, tece algumas reflexões, tais como: a incorporação do Projeto Pedagógico de forma plena e não só na teoria; o papel importante que os conselheiros vêm desempenhando junto a administração da Universidade; a observância do mérito, liderança e excelência acadêmica que devem prevalecer na escolha de todos os dirigentes e na composição de seus órgãos colegiados. Enfatiza que o debate e a discordância de um ponto de vista são essenciais no meio acadêmico, além de notar que é preciso sanar o distanciamento dos servidores técnico-administrativos e dos alunos do projeto pedagógico, problema recorrente na maioria das universidades brasileiras. Conclui agradecendo aos Conselheiros pelas contribuições na administração e a todos os dirigentes pelos esforços realizados. Abre-se para discussão. Alguns Conselheiros tecem elogios às apresentações e comentam a respeito de pontos específicos como: andamento da obra, problema de evasão, reformulação do BC&T, sistema de informações acadêmicas e reestruturação de laboratórios. Solicitam ainda que as apresentações e relatórios sejam disponibilizados no site da UFABC. À ocasião, professor Fazzio explana os fatos ocorridos com relação à obra, que resultaram nos atrasos do cronograma. Segue-se para o 2º item: "Proposta Orçamentária para 2010". Professor Siloto discorre acerca do processo usual para elaboração da proposta orçamentária e dos diferenciais ocorridos neste ano que fizeram com que a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e demais área envolvidas atuassem junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para pleitear um aumento nos valores iniciais estabelecidos no Plano Plurianual (PPA). As negociações resultaram em um acréscimo no orçamento, que passou de 25 para 70,5 milhões de reais. Esclarece que os itens classificados como despesas obrigatórias, por exemplo: auxílio alimentação e salários, são pré-estabelecidos pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), de acordo com a estimativa de servidores

para 2010. Em seguida, detalha os itens da proposta; os valores inicialmente estabelecidos e os adicionais conquistados por meio das negociações: capacitação de servidores públicos; expansão do ensino superior – *campus* de São Bernardo do Campo; serviços à comunidade por meio da extensão universitária; acervo bibliográfico; funcionamento de cursos de graduação e implantação da UFABC. Neste último, informa que optaram pela estratégia de acrescentar cerca de 12 milhões extras, já que o mesmo é flexível quanto à utilização em outros locais, como no complemento da obra do *campus* de Santo André ou na construção de laboratórios didáticos. Quanto ao funcionamento de cursos de graduação, destaca que, no período, excepcionalmente, foi prevista uma ação programática específica para a área de informática, verba distribuída entre os *campi*, por levantamento realizado pelo NTI. Ainda nesta ação, foi reservada a parte de investimentos para compra de mobiliário e equipamentos. Quanto ao funcionamento de cursos de pós-graduação, informa que os recursos serão compartilhados entre as pró-reitorias de Pós-graduação e Pesquisa, conforme acordo entre os respectivos pró-reitores. Conclui com a ressalva de que a proposta está sujeita a modificações, já que ainda se encontra em análise no MEC. Abre-se para discussão. Professor Marvulle solicita esclarecimento acerca da ausência de rubrica referente a investimento em pesquisa. Professor Siloto informa ter ocorrido solicitação de verba para este fim, porém não foi possível mantê-la. Recorda que, neste caso, pode ser aplicada parte da verba extra do item "Implantação da UFABC" ou, ainda, utilizar a parte do investimento presente no item "Funcionamento de Cursos de Graduação". No entanto, é preciso estabelecer quais demandas serão prioritárias e respectivos valores. Questionado se a mesma situação pode ser aplicada no item "Expansão do Ensino Superior - *Campi* de São Bernardo do Campo", afirma que não, pois neste caso, a verba somente poderá ser utilizada na obra. Professor Kamienski salienta a necessidade de apoiar viagens para congressos e visitas técnicas de docentes, visto que há recursos de custeio para pesquisa e há grande demanda na Pós-graduação. Considera importante valorizar esse investimento, pois o pesquisador poderá ampliar sua rede de contados, o que pode resultar em recursos para pesquisa em todas as áreas. Professor Fazzio concorda, mas pondera que o pesquisador deve buscar seus próprios recursos, principalmente, tendo em vista que em 2011, a UFABC entrará na matriz Andifes. Não havendo mais inscritos, segue-se para o 4º item: "Criação da Comissão para Assuntos de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA)". Professor Fazzio propõe transferir o assunto para Ordem do Dia, obtendo aprovação do Conselho. Professor Siloto informa que a existência da Comissão Assessora está prevista no Estatuto, sendo composta pelos vice-diretores dos Centros, pelo coordenador de Recursos Humanos, por um representante técnico-administrativo, um discente da Graduação e outro da Pós-graduação, sendo os três últimos, eleitos por seus pares. Abre-se para discussão. Apresentada sugestão para a inclusão de um representante docente de cada Centro, observando a proporção de 70% de representação docente, e que os integrantes sejam membros deste Conselho. Surgem manifestações contrárias às competências delegadas a esta Comissão, pelo entendimento que as mesmas atribuem demasiado poder deliberativo, inclusive no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão. Propõe-se substituir o termo "aprovar" por "sugerir e encaminhar para aprovação", de modo a facilitar as deliberações por este Conselho ou, ainda, selecionar os assuntos para apreciação conforme praticado na Comissão de Legislação e Normas (CLN). Diante do

exposto, professor Milioni sugere que o assunto retorne ao Expediente da próxima sessão. Acredita que foram feitas observações pertinentes, já que o espírito da Comissão é muito positivo e visa agilizar alguns assuntos em que seriam aplicadas apenas políticas pré-estabelecidas pelo ConsUni. Entretanto, afirma ser necessário certo grau de liberdade nas deliberações, pois ao prestar apenas assessoria, a Comissão não cumprirá a função desejada. Nota que, ainda que haja delegação de competências, este Conselho poderá interferir, quando julgar necessário. Dr. Reginaldo apóia a proposta e observa que muitos assuntos submetidos nesta Instância poderiam ser delegados, sem prejuízo de revisão posterior. Professor Fazzio propõe que o assunto volte na Ordem do Dia da próxima sessão, contemplando as sugestões encaminhadas. Não havendo manifestações contrárias, a sessão é interrompida para o almoço às 13h. Inicia-se novamente a sessão às 14h17. Segue-se para o 3º item: "Texto base para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)". Professor Siloto discorre acerca da importância, regulamentação vigente e histórico do processo de elaboração do PDI, atualmente com a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Propladi) atuando em sua revisão e atualização. Expõe a questão sob duas perspectivas: 1) sendo o PDI um documento não obrigatório para solicitação de reconhecimento dos cursos, mas necessário ao processo de análise, considera prudente que a versão encaminhada junto à pauta, seja submetida à aprovação por este Conselho; 2) em virtude do aumento do quadro funcional da UFABC, a discussão do PDI poderia ser ampliada, proporcionando maior participação da atual comunidade universitária. Para esta alternativa, apresenta um plano composto pelo diagnóstico das diferentes visões que a comunidade atual possa ter, com foco na identidade, projeto pedagógico, princípios e diretrizes da UFABC e seguido da contextualização do papel da universidade do século XXI. Após essa fase e diante da formação de uma massa crítica envolvendo o máximo de participantes, haverá discussões acerca das intenções para o futuro, reafirmação ou definição de novos princípios e diretrizes centrais e, a partir destes, elaboração de uma proposta mais próxima dos planos de ação e desenvolvimento. Abre-se para discussão. Questionado sobre o período de vigência deste documento e se foram previstas prioridades de infraestrutura em curto, médio e longo prazo, professor Siloto esclarece que o próprio PDI define sua duração; neste caso, 20 anos. Informa ainda que não foram definidas as prioridades de infraestrutura pelo fato de a UFABC, como universidade pública federal, não contar com receita fixa, somente com a projeção do Plano Plurianual ou eventuais editais de fontes de financiamento. São apresentadas sugestões para menção no documento de um item que trate da criação de uma fundação de apoio própria para a UFABC; de alteração da redação nos itens: "Missão" e "Perfil do Egresso" e a omissão dos cursos vigentes, para que o documento não fique desatualizado, na possibilidade de modificações ou inclusão de novos cursos. Esclarece que o Ministério da Educação (MEC) instruiu que haja a especificação do estado atual e a previsão para o futuro. Há manifestações favoráveis à prática da ampla discussão do assunto entre a comunidade ao que professor Fazzio concorda, mas crê que a intenção, neste momento, é obtermos a versão para efeito de reconhecimento dos cursos. Professor Siloto ratifica a informação e acrescenta que se o documento não for entregue, corre-se o risco do curso não ser reconhecido, caso cheguem à conclusão de que não há sustentabilidade financeira da proposta ou condições de infraestrutura física ou de pessoal. Sugere que a discussão posterior ocorra por intermédio de uma Comissão assessora à

Propladi, com prazo determinado. Como integrante do grupo de trabalho inicial, professor Guiou acrescenta que o objetivo foi criar uma versão provisória do PDI, com pouca menção do futuro em termos concretos, objetivando o reconhecimento dos cursos. Mas, em sua concepção, o PDI é a proposta que envolve as ações de discussão junto à comunidade. Professor Milioni é favorável à utilização deste PDI, tendo em vista a preocupação da gestão atual em concluir determinados processos para o bom andamento da futura Reitoria. Professor Fazzio propõe que o assunto retorne na Ordem do Dia da próxima sessão, como um documento provisório e contendo prazo para a nova versão. Professor Siloto disponibiliza o e-mail da Propladi, para o encaminhamento de sugestões em até 15 dias. Segue-se para os itens 5º e 6º, que tratam dos cursos de especialização em "Ciência e Tecnologia" e "Tecnologias e Sistemas de Informação", ambos de modalidade EaD/UAB. Professor Guiou inicia a apresentação, esclarecendo que o assunto não havia sido submetido ao ConsUni até o presente momento. Informa que os cursos são de especialização na modalidade de ensino à distância, aprovado pela UAB - Universidade Aberta do Brasil. Relata breve histórico: "no final de 2005, o sistema UAB lançou o Edital UAB I para seleção de pólos e IFES. Cita que a Lei Nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. No final de 2006, o sistema UAB lançou uma segunda chamada para ampliação do Sistema UAB II. Em abril 2007, a UFABC recebeu a visita do Professor Ronaldo Motta, então Secretário de Educação a Distância, que apoiou a participação da UFABC nessa modalidade. Houve a mobilização de professores da UFABC para o envio de projetos, com a divulgação da proposta para os docentes. Os interessados no assunto participaram de diversas reuniões onde se concebeu a formatação de 3 projetos: "Especialização em Ciência e Tecnologia - C&T e Especialização em Tecnologia e Sistemas de Informação – TSI, ambos de 360h, e Capacitação em Sociedade da Informação e Conhecimento de 180 h, sendo os dois primeiros aprovados. Assim, ocorreu a aprovação dos dois cursos e o consequente credenciamento da UFABC para a oferta de cursos nessa modalidade, conforme Portaria MEC 1050 de 22 de agosto de 2008. Informa que a coordenação da UAB deve ser assumida pela professora Lúcia Regina Horta Rodrigues Franco, Coordenadora da Educação a Distância da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) desde 2002, em processo de redistribuição para a UFABC. Informa ainda que os recursos serão descentralizados, sendo divididos em dois: os equipamentos (projetores, ambiente multimídia) e o custeio (bolsa dos professores, recursos de contratação de equipes auxiliares na produção do material multimídia, diárias e transportes em razão da existência dos pólos presenciais), sendo que os recursos para o pagamento das bolsas docentes serão gerenciadas diretamente pela CAPES. Apresenta a equipe de trabalho, entre eles, os coordenadores dos cursos aprovados: Itana Stiubiener e Guiou Kobayashi e explana a estrutura e funcionamento das aulas. Informa que a previsão de início das aulas do TSI é em outubro de 2009 e do C&T em fevereiro de 2010. Apresenta ainda as grades semestrais para cada curso e o cronograma de infraestrutura. Considera que o projeto UAB pode funcionar como um embrião para uma futura implantação de um Núcleo de Tecnologias para o ensino e aprendizagem. Antes de abrir para discussão, professor Fazzio, esclarece alguns pontos: 1) desde que assumiu o cargo de reitor, procurou tomar conhecimento do ensino à distância e da UAB e, à ocasião, solicitou que o processo

fosse interrompido para que houvesse uma discussão maior do assunto na UFABC, tendo inclusive tomado conhecimento que o mesmo não havia sido submetido a este Conselho, o que não está de acordo com as normas internas vigentes; 2) opinou que é preciso haver comunicação clara em uma questão dessa magnitude, permitindo a participação de toda comunidade acadêmica; 3) entende que caberá ao ConsUni deliberar a respeito, nesse momento, já que o processo encontra-se em estágio avançado. Professor Luiz Martins opina ser grave o fato de o projeto estar nesse estágio e não ter sido submetido à apreciação prévia do ConsUni; assim não é favorável à aprovação. Professor Guiou informa que houve *e-mail* de divulgação para todos os docentes, além de um edital de participação no projeto. Professor Caputi compartilha da opinião do professor Luiz Martins e enfatiza a gravidade do ocorrido, principalmente por ser este um tema de impacto na educação nacional. Segundo ele, a apresentação aponta o deslumbramento tecnológico envolvido no projeto, mas não demonstra questões essenciais como, por exemplo, o significado do projeto UAB na região e na própria UFABC. Esclarece que a sua posição nada tem a ver com as pessoas envolvidas, mas considera constrangedora a posição do ConsUni em aprovar ou não a questão, visto que houve compromisso prévio assumido pela UFABC. O representante dos técnico-administrativos, Ioshua, cede a sua palavra ao participante ouvinte Leandro Chemalle. Este informa que, atualmente, é membro do Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos e demonstra sua preocupação com relação à plataforma a ser usada para implantação do projeto, pois em utilizando um sistema da Universidade de São Paulo (USP), a UFABC estará integrada com o sistema Estadual e não com o Federal. Menciona outras questões como: o Núcleo de Tecnologia da Informação que irá tratar diretamente do processo do Ensino à Distância, independentemente do NTI da UFABC e a necessidade do treinamento docente. Professor Fazzio agradece a colaboração e passa a palavra ao professor Guiou que esclarece que a ferramenta escolhida para ser utilizada não é da USP, mas sim uma ferramenta já instalada nos servidores da UFABC. Recorda que os professores envolvidos no projeto, prepararam o material em 2007, sem saberem se haveria ou não a aprovação das propostas. Nesse sentido, informa que ainda existe a possibilidade de o ConsUni se posicionar acerca da discussão. A representante discente da Graduação, Fernanda, compartilha das opiniões dos professores Martins e Caputi. Professor Fazzio esclarece que todos os assuntos dessa natureza precisam passar pelos Conselhos (ConsEP e ConsUni) e que nesse caso específico, tentou cancelar junto ao MEC, mas não conseguiu; sendo assim, cabe ao ConsUni tomar a decisão mais adequada para a solução do impasse. Quanto às bolsas, ressalta que os docentes não podem acumular mais que uma bolsa, ao que professor Guiou afirma que não houve essa ocorrência. Professor Fazzio sugere que o assunto seja reapresentado ao ConsUni, detalhando o funcionamento do EAD e UAB. Posiciona-se favorável a essa modalidade, mas, admite ter havido grande equívoco no encaminhamento. Sugere que o Conselho seja pró-ativo e encontre, nesse momento, a melhor saída para a questão. Professor Guiou explica que, como se tratam de cursos de especialização, o assunto foi encarado de forma restrita e não de forma ampla como é o caso do ensino à distância. Há um consenso de que o assunto seja rediscutido oportunamente. Segue-se para o 7º item: "Estatuto da UFABC: versão revisada para encaminhamento ao MEC". Professor Milioni informa da conclusão da revisão do Estatuto nos pontos conflitantes aos seguintes aspectos: 1) eventuais dúvidas de ilegalidade,

predominantemente na questão dos 70% de representação docente em órgãos deliberativos; 2) adequação de eventuais discrepâncias entre a prática e o texto. A fim de dinamizar a relatoria, opta por não visitar cada uma das alterações, já que muitas apontarão a mudança do nome: "Conselho de Ensino e Pesquisa" para "Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão" e ainda, porque está facultado aos integrantes da Comissão a apresentação a este Conselho uma proposta diferente da constante no documento. Desta forma, abre para discussão acerca dos pontos específicos. Professor Rodrigues acredita que cabe revisão do vínculo entre o órgão de Administração de Recursos Humanos e a Reitoria, conforme Art. 28, inciso VIII. Professor Milioni solicita ao docente que traga este ponto, como destaque, na próxima sessão. Professor Gregores considera interessante retirar o estabelecimento de quais pró-reitorias integram os Conselhos, assim como a definição dos três Centros, o que proporcionará maior flexibilidade futuramente, além de questionar a razão da retirada do Art. 42, inciso IV, que previa a abrangência de cursos na modalidade sequencial no ensino da UFABC. Quanto à primeira observação, professor Milioni informa que a intenção foi manter ao máximo a estrutura existente e, neste contexto, o Estatuto permite criação, fusão e extinção de Centros e Pró-reitorias. Quanto aos cursos sequenciais, professor Caputi esclarece que a Comissão optou pela retirada desta modalidade, pela incerteza quanto sua definição. Ressalta que também foi acordado que a exclusão seria revista na hipótese de impedir alguma atividade vigente. Professor Kamienski compartilha sua experiência no Centro de Educação Tecnológica (CEFET), onde os cursos sequenciais não são considerados cursos superiores e por esta razão, apoia a retirada do inciso. Dr. Reginaldo considera que, apesar de não acompanhar a evolução do assunto no âmbito do MEC, em termos de decretos regulamentadores do ensino superior, a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 44, inciso I contempla os cursos sequenciais na educação superior. Visando à objetividade na próxima sessão deste Conselho, professor Milioni solicita que os destaques sejam elaborados previamente, possibilitando, ainda, que a gestão atual consiga aprovar o novo Estatuto e encaminhá-lo ao MEC. Professor Fazzio recorda que estatutos devem atingir, no mínimo, 1/3 de aprovação do Conselho ao que Dr. Reginaldo cita o disposto no Art. 19, parágrafo 1º que dispõe que a aprovação do presente Estatuto deve ocorrer por maioria absoluta dos membros do Conselho. Professor Milioni informa que este ponto é motivado pelo interesse da Comissão em manter este Estatuto, mesmo revisado, com caráter preliminar. Porém, na versão definitiva, nota que as alterações devem ocorrer com aprovação de 2/3 do Conselho. Professor Caputi sugere que os destaques sejam encaminhados à Comissão para que os incorpore ao documento, a fim de auxiliar a discussão na Ordem do Dia, para fins de relatoria e amadurecimento do assunto. Segue-se para o 8º item: "Reflexões a respeito de possíveis formatações do colégio eleitoral e das normas regimentais referentes ao processo de escolha do Reitor". Professor Milioni informa que está revisando, sob orientação do Dr. Reginaldo, o Regimento Eleitoral para eleição de Reitor, a fim de adequá-lo às normas constantes em Nota Técnica emitida pelo Gabinete da Secretaria de Educação Superior. Aponta que, durante esse processo, surgiram as seguintes questões: 1) formação do Colégio Eleitoral, com no mínimo 70% de participação do corpo docente; 2) requisitos para candidatura; 3) inscrições de chapas completas. Quanto à primeira questão, uma vez que a composição do ConsUni não atinge a proporção obrigatória, professor Milioni apresenta, como alternativa, que o Colégio Eleitoral seja composto pelo ConsUni,

acrescentando-se os três representantes docentes do ConsEP. Na hipótese de a equipe *pro tempore* não ser contabilizada, sugere a inclusão dos suplentes de ambos os Conselhos. Questionado a respeito do termo "Colégio Eleitoral", esclarece que este é criado pelo Conselho máximo da UFABC para elaboração da lista tríplice, não sendo obrigatório que o mesmo integre o Colégio Eleitoral. Professor Marcos questiona a possibilidade de designar a comunidade universitária como sendo o referido Colégio. Dr. Reginaldo opta por refletir um pouco mais a respeito das legislações vigentes para confirmar ou não esta possibilidade. Em atenção à segunda questão, surgem entendimentos distintos no que tange a candidatura de docentes externos. Há a menção do Art. 16, inciso VI, da Lei Nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe: "... nos casos em que a instituição ou a unidade não contar com docentes, nos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, em número suficiente para comporem as listas tríplices, estas serão completadas com docentes de outras unidades ou instituição". Dr. Reginaldo se propõe a estudar mais a fundo a questão, dada sua complexidade. Professor Milioni informa que manterá o princípio de restrição mínima até o parecer do procurador. Quanto à terceira questão, professor Milioni afirma que, mediante a legislação consultada, a futura resolução regerá apenas eleição de reitor, mas permite inscrição de chapa completa a quem desejar. Professor Fazzio manifesta sua preferência para que o reitor nomeie seu vice. Dr. Reginaldo esclarece que esta prática é possível, mas também se faz necessária eleição e nomeação por meio da lista tríplice. Após discussões e reflexões acerca da pressuposta obrigação do Colégio Eleitoral em escolher entre os mais votados da consulta; aplicação da autonomia universitária no processo eleitoral e formas de realização da consulta, professor Milioni conclui que a discussão acerca da terceira questão ainda está em aberto, mas entende que há a preferência pela não inserção de restrições. Decidiu-se que o assunto voltará na Ordem do Dia, da próxima sessão. Segue-se para o 9º item: "Convocação imediata do candidato vencedor do concurso para Professor Titular de Ética e Filosofia Política (edital 37/2006)". Professor Marcos Tavares tece breve relato, composto pela leitura do final do documento redigido sobre o assunto, que declara como interesse da UFABC, a imediata convocação do candidato vencedor do referido concurso. Professor Leigui considera a vaga estratégica para o CCNH e receia em perdê-la, já que seu prazo expira em março de 2010 e não poderá ser renovado novamente. Acredita que não cabe a comparação do nível dos candidatos, mas propõe as seguintes alternativas: 1) submeter ao Conselho do Centro a existência de 2 professores titulares dessa área e, se aprovado, solicitar ao professor Renato Janine Ribeiro, que redija uma carta abdicando-se da posição de primeiro colocado, viabilizando a nomeação imediata do professor Luiz Alberto Peluso; 2) convocar ambos os docentes para tomarem posse no prazo de 60 dias. Dr. Reginaldo informa que esse recurso deve ser encaminhado ao reitor, a quem compete a homologação e a nomeação nos concursos. Desta forma, entende que não cabe a discussão do assunto neste fórum. Professor Fazzio questiona a viabilidade de prévia análise pelo Conselho do Centro e Comissão de Vagas para Docentes ao que é confirmado pelo procurador. Há um consenso para a retirada do assunto de pauta, visto não ser este o fórum para deliberação do mesmo. Professor Fazzio se retira da sessão, passando a presidência ao professor Milioni. Segue-se para o 10º item: "Regimento Interno da Reitoria". Professor Siloto informa que a elaboração do documento foi baseada no Estatuto e Regimento Geral e nas informações dos dirigentes quanto às respectivas

atribuições, competências e estrutura hierárquica. Destaca a criação do Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão, no qual foram incorporados os Núcleos de Cognição e Sistemas Complexos e de Ciência, Tecnologia e Sociedade, o que possibilitou a vinculação dos mesmos à Reitoria. Porém, os futuros núcleos voltados à pesquisa serão vinculados à Pró-reitoria de Pesquisa. Por fim, esclarece que o Núcleo de Inovação está em processo de discussão e a Auditoria é um órgão assessor deste Conselho diferindo-se, portanto, das demais áreas. Abre-se para discussão. Professor Gregores recorda que quando da criação dos referidos núcleos, estes foram propostos como institutos de pesquisa, mas advertiu que o termo "instituto" não constava do Estatuto e nem do Regimento Geral, sendo a vinculação possível somente se ocorrer a criação oficial dessa figura de núcleo institucional. Sugere que haja a homogeneização e hierarquização de alguns termos e correções pontuais de título e numeração. Professor Rodrigues manifesta sua discordância acerca das disposições referentes à Pró-reitoria de Administração, principalmente pela segregação e transformação da CGRH, em Órgão de Administração de Recursos Humanos. Entende que o Regimento Interno da Reitoria deve refletir a realidade, tal como funciona nos dias atuais. É favorável à fragmentação somente se atribuído caráter de pró-reitoria à CGRH; do contrário, deve permanecer ligada à Pró-reitoria de Administração. Compartilha seu descontentamento, pois apenas uma de suas sugestões foi contemplada no documento. Professor Alexandre Reily retoma a questão dos núcleos apenas para registrar que considera interessante permanecerem vinculados à Pró-reitoria de Pesquisa. Sugere que na ordenação dos capítulos, seja adotada a mesma sequência constante no Art. 2º. Observa não ter havido a menção da Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão Interna de Biossegurança (CIBio), mas, logo esclarece-se que estas são comissões assessoras do Conselho de Ensino e Pesquisa. Professor Caputi opina que antes da criação de um núcleo, faz-se necessário compreender sua natureza para inseri-lo adequadamente às áreas. Observa que o Núcleo de Cognição e Sistemas Complexos é uma unidade acadêmica e não administrativa, e por assim entender, desaprova a atribuição de competências de pró-reitoria aos mesmos. Questiona o porquê da estruturação de "cargos de direção – CDs" e "funções gratificadas – FGs" não ter sido contemplada. Professor Waldman verificou que o Art. 48, inciso V, atribui ao Núcleo de Apoio ao Estudante: acolher, encaminhar e acompanhar os alunos em suas especificidades pedagógicas, entre outras. Entende que esta função é pertinente às Pró-reitorias de Graduação e Pós-graduação. Professor Luiz Martins esclarece que na sessão anterior, a Resolução de Regulamentação do NAE foi alterada neste sentido, portanto, caberá apenas a atualização neste documento. Professor Guiou solicita aos conselheiros que não interpretem a presença do Núcleo de Inovação Tecnológica como imposição, visto que sua criação ainda não foi aprovada, e que o intuito foi manifestar a importância da existência deste núcleo para a UFABC. Diante das diversas reflexões apresentadas, a Reitoria avaliará se o assunto entrará na Ordem do Dia da próxima sessão ou no Expediente, incorporando o máximo das contribuições. Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da palavra, o vice-reitor agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 18h55. Do que para constar, nós, Marcela dos Santos e Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo, assistentes em administração da Secretaria Geral, em conjunto com a secretária geral, Eloísa Quitério, lavramos e assinamos a

ATA Nº 02/2009
EXTRAORDINÁRIA

presente Ata, aprovada pelo magnífico reitor, professor doutor Adalberto Fazzio, e pelos demais presentes à sessão.

Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo
Assistente em administração

Marcela Santos
Assistente em administração

Eloísa Quitério
Secretária Geral

Adalberto Fazzio
Reitor